

A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO ESCRAVO NA NARRATIVA ÚRSULA, DE MARIA FIRMINA DOS REIS

THE REPRESENTATION OF BLACK SLAVE IN THE NARRATIVE ÚRSULA, BY MARIA FIRMINA DOS REIS

Daniela Soares dos Santos 1
Tereza Ramos de Carvalho 2

Resumo: O presente trabalho é uma análise da relação literatura e história social na obra *Úrsula*, da escritora Maria Firmina dos Reis, observando sua atitude política ao denunciar a escravidão negra no Brasil do século XIX como resultado do fenômeno da diáspora africana. O negro na literatura brasileira, produzida antes do século XIX, sempre foi estereotipado, retratado como exótico, desumanizado, inferiorizado. Já em *Úrsula*, mesmo inserido no tempo e espaço do período colonial brasileiro, onde predominava o racismo e a violência do regime escravocrata, a autora elege a figura do negro com uma conotação positiva, virtuosa, que contraria os estereótipos construídos durante o processo colonial ao qual foi submetido. Maria Firmina dos Reis promove uma inversão desses valores, ao projetar esses personagens para o plano do protagonismo. Para a pesquisa nos embasamos em Freyre (2003), Ribeiro (1995), Oliveira (2007), Césarie (1978), Fanon (2002), Nascimento (2009), entre outros.

Palavras-chave: Negro escravo; Estereótipos; Diáspora.

Abstract: The present work is an analysis of the relationship between literature and social history in the work *Ursula*, by the writer Maria Firmina dos Reis, observing its political attitude denouncing black slavery in XIX century Brazil as a result of the African diaspora phenomenon. Black in Brazilian literature, produced before the XIX century, was always stereotyped, portrayed as exotic, dehumanized, inferiorized. In *Ursula*, even in the time and space of the Brazilian colonial period, where the racism and violence of the slave rule prevailed, the author selects the figure of the black with a positive, virtuous connotation that contradicts the stereotypes constructed during the colonial process which it was submitted. Maria Firmina dos Reis promotes an inversion of these values, by projecting these characters to the plane of protagonism. For the research we are based on Freyre (2003), Ribeiro (1995), Oliveira (2007), Césarie (1978), Fanon (2002), Nascimento (2009), and others.

Keywords: Black slave; Stereotypes; Diaspora.

Bolsista VIC, em 2016, do Projeto de Pesquisa *Literaturas de Língua Portuguesa: Interculturalidade e Descolonização* e egressa do curso de Letras, atualmente atua como professora substituta da Educação Básica em Torixoréu - MT. E-mail: danissantos17@gmail.com | 1

Doutora em Literatura pela Universidade de Brasília e Professora do Curso de Letras da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário do Araguaia – UFMT/CUA. E-mail: tcrtereza18@gmail.com | 2

Introdução

Este artigo é uma análise da narrativa *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, observando a relação literatura e história social, os aspectos da escravidão negra no Brasil e o papel da literatura como instrumento de denúncia social.

A escravidão negra no Brasil teve início no período colonial (séc. XVI ao XIX). Com a tentativa frustrante da escravidão indígena, os portugueses sentiram necessidade de ter uma mão de obra barata e que suportasse o trabalho braçal pesado. Foi então que em meados do século XVI começaram a chegar os primeiros navios negreiros da África aos portos brasileiros. Negros de todas as regiões da África, obrigados a deixarem suas colônias e famílias eram trazidos para o trabalho nos engenhos, no campo, nas minas de ouro, diamante e para servirem nas atividades domésticas na “Casa Grande”.

A partir disso, é essencial que façamos uma relação desses fatos com a literatura, partindo do pressuposto de que a literatura tem se valido da história para realizar seu intrincado universo da ficção. Com base nesse fato, podemos traçar uma relação entre literatura e história, uma vez que toda obra literária é histórica no sentido de estar associado a um cenário fático espaço/temporal, e o escritor estabelece uma ligação particular do texto com a realidade, assim se tornando, consciente e/ou inconscientemente, ferramenta de denúncia das mazelas sociais. Relação esta, que pode ser constatada na narrativa de Maria Firmina dos Reis.

Embora muitas obras com personagens negras tenham surgido no período colonial, os estudos afro-brasileiros são recentes, isso porque, durante muito tempo o país viveu em uma atmosfera totalmente determinada por uma sociedade preconceituosa, onde o negro não tinha direito de usar sua voz e a mulher era criada para casar e ser submissa ao marido. Entretanto, haviam aqueles que lutavam pela liberdade e enfrentavam o determinismo social, isso porque, eram seres humanos e mereciam uma vida digna.

Dessa forma, esse estudo apresenta sucintamente, a luta dos negros escravos que foram traficados para o Brasil no período colonial e os ideais de liberdade apresentados por uma escritora mulher e negra, a maranhense do século XIX, Maria Firmina dos Reis, no contexto do romance *Úrsula*. Diante disso, perceber a denúncia realizada pela autora, ou seja, mais do que um romance, essa narrativa tem o objetivo de gritar e expor as injustiças há séculos arraigadas na sociedade patriarcal brasileira.

Para tanto, é necessário que se parta de uma leitura e análise minuciosas desse romance, observando sua relação com a história, a partir da diáspora africana para o Brasil, ainda no início do século XVI. Iniciando com breve levantamento histórico sobre os aspectos da escravidão, desde o período colonial até a abolição dos escravos no Brasil, no século XIX, a inserção e uma análise crítica da narrativa, observando aspectos de denúncia da “iniquidade social” (CANDIDO, 2004, p. 182) presentes, o problema da exclusão do negro e a quebra dos paradigmas impostos pela sociedade escravocrata em relação a condição do negro no Brasil¹. Finalizando com uma investigação acerca da representação do negro escravo na narrativa *Úrsula*.

A escravidão negra no Brasil colonial e a inserção do romance *Úrsula*

Os primeiros navios negreiros chegaram ao Brasil na primeira metade do século XVI, possivelmente no ano de 1538. Posteriormente, para atender ao desenvolvimento econômico, começaram a chegar grandes levas de negros aos portos brasileiros, como informa Gilberto Freyre (2006): “Transportam-se da África para o trabalho agrícola no Brasil nações quase inteiras de negros. Uma mobilidade espantosa”, (P. 70), que fez com que esse tráfico se tornasse um grande negócio para os colonizadores.

Arrancados de suas terras, eram batizados e marcados com uma cruz no peito “Dali partiam em comboios, pescoço atado a pescoço com outro negro, numa corda puxada até a porta do tumbreiro.” (RIBEIRO, 2006, p. 107) eram jogados no fundo dos porões imundos dos navios negreiros, em condições deploráveis e desumanas. Muitos morriam na travessia do Oceano Atlântico, vítimas de maus tratos, de fome e de epidemias que se instalavam entre a tripulação. Mas como Emilio Gennari explica:

[...] esta mortalidade é amplamente compensada pela

diferença entre o preço de compra na África e o de venda no Brasil. Como os custos com a tripulação, o navio e a alimentação dos escravos (a base de farinha e água) não sofre grandes alterações, é mais vantajoso transportar 200 cativos, mesmo sabendo da possibilidade de perder 40 deles, do que embarcar só uma centena e não perder nenhum. (GENNARI; 2008, p. 07)

Os que chegavam vivos aos portos brasileiros eram levados ao mercado e recebiam uma porção de comida para combater as doenças que possivelmente contraíam durante a estada nos navios. De vestimenta escassa, durante os leilões, homens e mulheres eram colocados completamente nus para serem avaliados fisicamente pelos possíveis compradores, o negro era “avaliado pelos dentes, pela grossura dos tornozelos e dos punhos, eram arrematados.” (RIBEIRO, 2006, p. 107), a preferência era “pelos negros e negras altas e de formas atraentes – “bonitas de cara e de corpo” e “com todos os dentes da frente” (FREYRE, 2006, p. 396).

Após os leilões, as “peças” que eram compradas seguiam para as minas ou engenhos de açúcar, onde eram marcados novamente com fogo, com as iniciais dos seus senhores, para facilitar a identificação do indivíduo caso fugisse. Depois eram encaminhados até senzalas fétidas e imundas “para viver o destino que lhe havia prescrito a civilização: trabalhar dezoito horas por dia, todos os dias do ano” (RIBEIRO, 2006, p. 107), debaixo de chicote e maus tratos. Muitos ao chegarem recebiam açoites para disciplinar as possíveis rebeldias. Além disso, Darcy Ribeiro diz que:

Semanalmente vinha um castigo preventivo, pedagógico, para não pensar em fuga, e, quando chamava atenção, recaía sobre ele um castigo exemplar, na forma de mutilações de dedos, do furo de seios, de queimaduras com tição, de ter todos os dentes quebrados criteriosamente, ou dos açoites no pelourinho, sob trezentas chicotadas de uma vez, para matar, ou cinquenta chicotadas diárias, para sobreviver. Se fugia e era apanhado, podia ser marcado com ferro em brasa, tendo um tendão cortado, viver peado com uma bola de ferro, ser queimado vivo, em dias de agonia, na boca da fornalha ou, de uma vez só, jogado nela para arder como um graveto oleoso. (RIBEIRO; 2006, p.107).

A alimentação dos escravos se diferenciava dependendo da localidade, mas consistia basicamente em farinha de milho, ou de mandioca, feijão, vegetais e restos de carnes que vinha da “Casa-grande”. Os senhores de escravos entendiam que deveriam conservar o escravo e seu rendimento em sua propriedade e, por isso, mesmo que a alimentação não fosse das melhores nunca faltava. Gilberto Freyre na obra “Casa-grande & senzala” salienta que, “O escravo negro no Brasil parece-nos ter sido, com todas as deficiências do seu regime alimentar, o elemento melhor nutrido em nossa sociedade patriarcal, e dele parece que numerosos descendentes conservaram bons hábitos alimentares,” (FREYRE; 2006, p. 107).

O escravo como propriedade poderia ser vendido, emprestado ou alugado e até morto. Embora a lei vigente da época não permitisse a morte de escravos, era muito comum senhores, feitores e capitães do mato assassinares escravos. E ainda, se o dono do escravo morresse, assim como os outros bens, os escravos eram passados para os herdeiros.

No início, os escravos que chegavam ao Brasil eram destinados aos engenhos e minas, posteriormente alguns negros já faziam parte do meio urbano, como homens e mulheres que prestavam alguns serviços nas cidades, e que diariamente ou semanalmente entregavam o que lucravam para seus donos e ficavam com uma pequena quantia para sua manutenção. As escravas nas plantações eram amas-de-leite, mucamas, e até amantes de seus senhores. Já nas cidades, essas eram negras de ganho que quando seus senhores por algum motivo passavam por dificuldades financeiras, a negra ia para a rua vender doces, ou até prestar serviços na casa de outras pessoas como negras alugadas, em busca do sustento da casa. Muitas vezes seus serviços eram anunciados até em jornais, como nesse caso: “Precisa-se de uma ama que saiba cozinhar e que entenda alguma coisa de engomar prefere-se escrava. Para tratar na Rua do Tira-chapéu casa n.10.” (Diário da Bahia

sábado, 3 de janeiro de 1863)¹. Um exemplo desses costumes encontra-se na obra *O cortiço*, de Aluísio Azevedo, com a negra Bertoleza.

Algumas questões como religiosas, diferenças tribais e linguísticas impendiam a organização dos escravos contra o sistema escravocrata implantado. O europeu ao trazer os negros da África preferia misturá-los, trazendo-os de diferentes localidades do continente africano. Conforme relata Darcy Ribeiro:

Os negros do Brasil, trazidos principalmente da costa ocidental da África, foram capturados meio ao acaso nas centenas de povos tribais que falavam dialetos e línguas não inteligíveis uns aos outros. A África era, então, como ainda hoje o é, em larga medida, uma imensa Babel de línguas. Embora mais homogêneos no plano da cultura, os africanos variavam também largamente nessa esfera. Tudo isso fazia com que a uniformidade racial não correspondesse a uma unidade linguístico-cultural, que ensejasse uma unificação, quando os negros se encontraram submetidos todos à escravidão. (RIBEIRO; 2006, p.102)

A todos esses elementos deve-se acrescentar a hostilidade de membros de várias nações da África que não esqueceram suas rixas anteriores e assim a divisão acaba, prevalecendo à união. Também deve se levar em consideração a dispersão geográfica, ou seja, a distância de uma propriedade a outra, dificultando ainda mais a comunicação desses cativos. Porém apesar dessas questões que impedem a organização desses escravos, alguns ainda encontraram outros meios de resistências, como as frequentes tentativas de fuga e também o banzo relatado por alguns historiadores, que nada mais era do que uma forma de depressão que levava o cativo ao suicídio. Emilio Gennari assinala que o banzo podia ser definido como:

Profunda saudade da África, descreve a situação em que o negro cai em depressão, se recusa a trabalhar e a comer, definhando muitas vezes até a morte. Mais do que expressão de um sentimento para com a terra natal, esta situação se configura como uma forte rejeição da condição estranha e hostil na qual o africano é mergulhado, a tal ponto de não permitir ao escravo nenhuma identificação com o espaço físico, com o grupo dos que partilham a sua sorte e, menos ainda, com o universo opressor do branco. (GENNARI; 2008, p. 12)

A fuga individual era algo que desafiava todo aquele regime opressor por conta do sonho de liberdade. Com a esperança da liberdade, e como uma forma de resistência e oposição ao trabalho escravo, muitos cativos enfrentavam a vigilância severa dos feitores e a perseguição dos famosos capitães do mato. Embrenhavam-se nas matas em busca de uma nova vida que não fosse aquela de castigos e de longas jornadas de trabalho. Essas fugas deram origem aos primeiros quilombos.

Na metade do século XIX os abolicionistas começaram a tomar medidas contra a escravidão, pois a princípio, esse tipo de trabalho era assegurado, por completo, pela lei vigente daquela época. Entretanto, no decorrer dos anos uma parcela da sociedade, inclusive das elites políticas, como Joaquim Nabuco, o escritor Castro Alves, e até negros, como o advogado Luiz Gama e a escritora maranhense Maria Firmina dos Reis pronunciaram-se contra a escravidão que consideravam uma prática criminosa e desprezível e, entre os anos 60 e 70 do século XX, o escritor João Felício dos Santos retoma ao tema da escravidão, em sua obra *Ganga-Zumba*. A escravidão no Brasil durou mais de 300 anos e o processo abolicionista aconteceu de forma gradual.²

Joaquim Nabuco (2003), defende que sem a liberdade individual o Brasil não poderia

1 *Apud* FRANÇA, 2014, p.49

2 Para outras informações, visite o site Geledés - Instituto da Mulher Negra. *A História da Escravidão Negra no Brasil*. 2012. Disponível em: < <http://www.geledes.org.br/historia-da-escravidao-negra-brasil/#gs.null> > Acesso em: 06 Fev. 2017.

passar por um processo de independência nacional. A escravidão era responsável por arruinar o país economicamente, atrasando seu crescimento quanto aos outros países da Europa.

No Brasil a escravidão “legal” durou desde os primeiros anos da colonização até dia 13 de maio, quando a Princesa Isabel assinou a Lei 3.353 em 1888, que garantia a liberdade dos escravos.

Em consequência desse processo abolicionista, os negros alforriados eram expulsos das fazendas, onde trabalhavam, sem rumo algum, ganhavam as estradas em busca de terrenos onde pudessem reconstruir suas vidas. Outra parte se dirigia às cidades e construía os bairros africanos, iniciando assim outro tipo de segregação: as favelas.

A escravidão é mais um capítulo triste e marcante na construção do Brasil colonial. O negro teve grande importância nesse período de formação, pois além de disseminar a cultura do colonizador entre os índios e até entre os negros que chegavam, também contribuíram na estruturação do Brasil colônia, pois “Vieram-lhe da África “donas de casa” para seus colonos sem mulher branca; técnicos para as minas; artífices em ferro; negros entendidos na criação de gado e na indústria pastoril; comerciantes de panos e sabão [...]” (FREYRE, 2006, p.391).

Desse contexto da escravidão, Maria Firmina dos Reis³, apresenta em *Úrsula*, em 1859, um romance de temática abolicionista e, com isso, passa a ser considerada a primeira escritora negra a tratar sobre esse tema. Na primeira edição deste romance, Maria Firmina assina com o pseudônimo de “Uma maranhense”, talvez pelas condições de limitação e preconceito que se encontravam as mulheres da época. No prólogo da obra, Maria Firmina afirma que:

Não é a vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor próprio de autor. Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem, com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida; o seu cabedal intelectual é quase nulo. (REIS; 2009, p. 13).

Na edição de 2009 a editora, Mulheres, explica que:

O cotejo com uma cópia *fac-similar* de um exemplar de 1859 permitiu que esta edição fosse devidamente atualizada quanto à ortografia, sobretudo a acentuação. Corrigiram-se, também uns poucos erros evidentes, anotações no rodapé, como, por exemplo, a expressão “larva do vulcão” para “lava do vulcão”, como exige a obviedade. Respeitou-se, todavia, a pontuação original do romance. Neste aspecto, Maria Firmina dos Reis tem características próprias, como, por exemplo, o uso abundante do travessão, de vírgulas, a separação do sujeito e do predicado. (MULHERES, 2009, p. 9).

O romance *Úrsula* (1859), está inserido num contexto em que nossa prosa de ficção era substancialmente escrita por homens “brancos” e os temas ali tratados estavam voltados à proposta nacionalista do Romantismo. Isto porque a maioria das mulheres, até meados do século XIX, era criada para os afazeres domésticos, para casar e cuidar da família. Privadas, portanto, da educação básica e literária, mal podiam sair de casa e, às vezes que saíam eram acompanhadas

³ Maria Firmina dos Reis nasceu em 1825, na cidade de São Luís do Maranhão. Maria Firmina era mulata, portanto afrodescendente, e filha bastarda de João Pedro Esteves e Leonor Felipe dos Reis. Com cinco anos de idade mudou-se com a família para Guimarães, município de Viamão no interior do Maranhão, onde viveu até sua morte em 1917. Durante os seus 92 anos de vida, contribuiu como escritora e musicista: publicou livros, poemas e compôs o *hino à libertação dos escravos*. Foi agente de denúncia social, uma vez que o Brasil patriarcal do século XIX era repleto de violência e injustiça contra os grupos marginalizados. No romance *Úrsula* (1859), e no conto *A escrava* (1887) aborda o tema da escravidão negra no Brasil – com o romance *Gupeva* (1861) apresenta a temática indianista. Em 1847 foi aprovada em um concurso para lecionar às primeiras séries primárias em Guimarães. Nos anos de 1860 começa a publicar textos em vários jornais locais. Porém a autora assinava somente suas iniciais, pois dessa forma seriam mais aceitos pela comunidade. Aos 55 anos, um ano antes de se aposentar, funda uma escola gratuita mista no ano de 1880, porém em 1889 essa escola foi fechada.-

por um parente ou um escravo. De acordo com Castanheira⁴ (2011), “Prevalecia o pensamento de que as mulheres eram intelectualmente inferiores aos homens, portanto, sua forma de pensar e de escrever não era levada em consideração.” O espaço educacional era reservado aos homens. Dessa forma, essa atividade, de mulheres que começaram a escrever, veio como ato de ruptura com essa sociedade que até então era altamente conservadora.

A população afro-brasileira enfrentou ainda mais barreiras e apenas alguns poucos mestiços conseguiram ir à escola e produziram literatura no período colonial. Um bom exemplo é o mulato Domingos Caldas Barbosa (1738-1800) autor de *Viola de Lereno*⁵. Continuando sua ideia Adriana Barbosa de Oliveira salienta que:

As influências do movimento feminista e do movimento social negro são de grande importância para o desenvolvimento de uma crítica literária que questione a homogeneidade de gênero, etnia e classe social existente no discurso literário, e que, durante muito tempo, causou o não reconhecimento da autoridade textual de vozes advindas de grupos minoritários, gerando, como consequência, a ausência/escassez de representantes destes na historiografia literária. (OLIVEIRA, 2007, p. 14-15).

Embora muitas obras tenham surgido no período colonial, os estudos afro-brasileiros são recentes, isso porque, durante muito tempo o país viveu em uma atmosfera totalmente determinada por uma sociedade preconceituosa, onde o negro não tinha direito à voz e a mulher era criada para casar e ser submissa ao marido. Entretanto, havia aqueles que lutavam pela liberdade e enfrentavam o determinismo social.

Em *Úrsula*, pode-se afirmar que Maria Firmina apresenta uma obra inaugural ao apontar o romance romântico não mais como projeto nacionalista, mas como atitude política de denúncia da escravidão negra no Brasil, do papel submisso da mulher na sociedade patriarcal e conservadora do século XIX, da exclusão da mulher e do negro e dos dramas sociais aos quais eram submetidos, enfim, Maria Firmina dos Reis afrodescendente, propõe-se a narrar, na ficção, o drama de milhares de pessoas negras e escravizadas desde o início da colonização, no século XVI, com base na história oculta da diáspora⁶ africana no Brasil. Segundo Stuart Hall:

Na diáspora, as identidades se tornam múltiplas” ou seja, a partir do processo diaspórico os indivíduos são perpassados por uma série de costumes, que até então eram diferentes dos seus, fazendo com que esse sujeito absorva novas práticas culturais e possa ressignificá-las, trazendo-as para sua cultura. Não esquecendo seus lugares de origem esses povos normalmente mantêm o desejo de retorno a sua terra, pois além do processo de hibridização, o desejo de retorno também caracteriza o evento diaspórico. (2003, p.26).

O romance é narrado em terceira pessoa, uma entidade que não participa da obra, ou seja, um narrador extradiegético, mas ao mesmo tempo onisciente, pois sabe tudo sobre os personagens até o seus pensamentos e aflições. “Os míseros escravos gemeram de ódio e de dor; mas nem a mais leve exprobração, nem um sinal de justa indignação, se lhes pintou no rosto. Eram escravos, estavam sujeitos aos caprichos de seu bárbaro senhor.” (REIS, 2009, p.180)

4 CASTANHEIRA, Cláudia. Escritoras Brasileiras: momentos-chaves de uma trajetória. Revista Diadorim / Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. V. 9, p. 26, Julho 2011.

5 OLIVEIRA, Adriana Barbosa de Oliveira. Gênero e etnicidade no romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, Belo Horizonte (UFMG), v. 1, n. 1, p. 10, 2007.

6 Entende-se por diáspora a dispersão de povos, que saem de suas terras de origem, de forma voluntária ou obrigatória, para firmar vida em outros países. Esse povo jamais deixará suas origens culturais, mantendo certa tradição dos costumes de sua nacionalidade. Porém é importante lembrar que a diáspora tem interferido diretamente na construção da identidade cultural desses povos.

Tendo como cenário social a escravidão negra, o romance é uma crítica feita pela autora acerca da situação dos negros no século XIX, que se estende à atualidade, já que sua obra não se encerra numa perspectiva passadista, sem comunicações para o presente⁷. Através das vozes de seus personagens, visibiliza as minorias da época, no caso as mulheres e os escravos.

Na produção literária brasileira feita até então, o negro, o pobre e a mulher ocupavam os papéis secundários. Maria Firmina dos Reis ao projetar esses personagens da classe minoritária para o plano do protagonismo, segrega os proprietários de terras, que antes ocupavam papéis de protagonistas na literatura, a papéis secundários, numa inversão de valores, com isso, tece uma crítica ao patriarcalismo escravocrata brasileiro do século XIX.

Na construção do romance, nota-se a presença das várias vozes do oprimido, e não só a voz da classe dominante, que até então se sobressaía nas narrativas, já que Maria Firmina reflete em sua obra a voz dos oprimidos do século XIX. Diante desse fato, podemos dizer que há a presença de polifonia⁸ no texto de Maria Firmina, uma vez que, no decorrer da narrativa, encontramos várias vozes que se cruzam; a voz dos oprimidos em primeiro plano e a voz do opressor em plano secundário.

Nessa narrativa, Maria Firmina dos Reis decide dar voz a essa parcela considerada insignificante da sociedade (escravos e mulheres) “para que as personagens falem e construam a sua própria perspectiva do que seja a Nação Brasil, a partir de seus próprios discursos” (NASCIMENTO, 2009, p.46), tirando-os da visão estereotipada e enclausurada até então, já que era muito comum ver o homem branco falando do negro e a mulher sendo escrita a partir de uma visão masculina.

A autora, além dos temas já citados acima, também aponta a questão do colonialismo em sua obra. A relação estabelecida pelo colonizador entre colonização e civilização, desmascarando os absurdos cometidos na dominação do negro pelo branco. Essa abordagem colonialista se encarna no personagem do comendador Fernando P, que de forma cruel persegue o ex escravo Túlio, e mais tarde tortura Mãe Suzana até a morte.

É possível notar que, por causa do embrutecimento de Fernando, o narrador o considera “Um homem detestável e rancoroso (...) estúpido e orgulhoso” (REIS, 2009, p.178). Em vários fragmentos da obra é possível notar esse processo de embrutecimento de Fernando P.

Ele tornara-se odioso e temível aos seus escravos: nunca fora benigno e generoso para com eles; porém o ódio, e o amor, que lhe torturavam de contínuo, fizeram-no uma fera – um celerado. [...] Nunca mais cansou de duplicar rigores às pobres criaturas, que eram seus escravos! Aprazia-lhe os sofrimentos destes; porque ele também sofria (REIS, 2009, p. 143).

Nesse sentido a autora discute, de forma direta e indireta, a desordem do sistema patriarcal escravocrata ao denunciar a ação colonizadora apontando os efeitos físicos e psicológicos que ela causa. Outro personagem marcado pela crueldade e o embrutecimento é Paulo B, marido de Luzia B. Mãe Suzana descreve a ferocidade com que esse homem, seu segundo dono, castigava seus escravos, “[...] mas ele via-os expirar debaixo dos açoites os mais cruéis, das torturas do anjinho, do cepo e outros instrumentos de sua malvadeza, ou então nas prisões onde os sepultava vivos, onde, carregados de ferros.” (REIS, 2009, p. 118).

Fernando P. e Paulo B. são apresentados pela autora como metáforas dos proprietários de terras do Brasil oitocentista. Maria Firmina expõe essas duas figuras com a intenção de confirmar a desumanização a partir do processo de colonização brasileiro.

A questão da escravidão e a condição da mulher, desde o período colonial até o século XIX, serve como pano de fundo para a obra *Úrsula*. Para isso a autora recorre a alguns artifícios do Romantismo, como o amor romântico entre Úrsula e o jovem Tancredo, para camuflar sua crítica às ideologias da época. Isso nos revela que esse é o tipo de romance que se lê nas entrelinhas, o leitor precisa se desvencilhar do sentimentalismo excessivo para poder entrar em contato com sua significação real, a sua excepcional crítica acerca do sistema opressor presente na sociedade

⁷ MONTEIRO, Maria do Socorro de Assis. *O subterrâneo intimismo de Úrsula: uma análise do romance de Maria Firmina dos Reis*. *Letrônic@*, Porto Alegre (PUCRS), v. 2, n. 1, p. 361-38, 2009.

⁸ Segundo Bakhtin, in BRAIT, Beth. (2006), polifonia é a multiplicidade de vozes dentro de uma mesma obra.

patriarcal do século XIX.

Apesar disso, com todas as contribuições feitas pela autora, o romance não teve grande repercussão no início, sendo até esquecido, segundo Zahidé Lupinacci (2000, p.266 apud OLIVEIRA 2007, p.13) o romance não teve tanto reconhecimento “por ter sido editado na periferia, longe da Corte, e por ser de uma mulher e negra”. E também ao fato do romance ser publicado em um dos estados mais escravagistas da época, o Maranhão, onde a violência contra os escravos era algo comum, configurada de chibatadas, açoites e o negro escravo era apenas uma mercadoria. Portanto, podemos dizer que ao denunciar a violência e crueldade contra os negros escravos foi um ato de coragem da autora mulher pobre e negra em pleno século XIX.

A representação do negro escravo na narrativa Úrsula

O negro na literatura brasileira sempre foi estereotipado negativamente. Muitas vezes era retratado como exótico e inferiorizado ou simplesmente como cruel e desumanizado. Alguns autores são conhecidos por escreverem sobre o negro em suas obras, como é o caso de Castro Alves, em *O “Navio Negreiro”* (1869) e Bernardo Guimarães com a obra *Escrava Isaura* (1872). Porém, apesar das obras tratarem do negro como tema e, algumas vezes condenar a escravidão, é perceptível que esses personagens fogem às características afrodescendentes e não têm voz. Para Hugo Achugar, *apud* Carvalho:

“Há dois planetas “o centro e a periferia”, a periferia ou a margem é o lugar de carência, nela não há boca, nem discurso”. Nesse caso, a preocupação do autor passa a ser apresentação do drama humano, sem exotismo, e o maior deles é a marginalização, o isolamento das periferias e a falta de voz. [...] pode-se afirmar que o drama humano só passa a ser conhecido a partir do momento que é apresentado às instituições. (CARVALHO, 2013, p. 66)

Se analisarmos com atenção, perceberemos um equívoco velado de alguns autores considerados abolicionistas que “deram voz” ao marginalizado pela escravidão. Na *Escrava Isaura*, por exemplo, ocorre um branqueamento da personagem, atribuindo-lhe características dos ideais de comportamento da raça dominante. A escrava merecia piedade somente pelo fato de ser uma escrava branca, isso é visível quando Malvina a descreve “és tão formosa, e tens uma cor linda, que ninguém dirá que em tuas veias corre uma só gota de sangue africano” (p. 20), na página seguinte afirma: “é uma vergonha que uma rapariga como tu se veja ainda na condição de escrava” (p. 21). Nesse caso nota-se que a escrava deveria ter liberdade não pelo fato de a escravidão ser algo intolerável, mas pelo fato de Isaura ser branca. Dessa forma, podemos dizer que essa atitude de branqueamento do negro promove a simpatia da burguesia para com o sofrimento dos escravos.

No poema “Navio Negreiro”, de Castro Alves, podemos notar que não há a voz do negro, mas alguém falando sobre o negro, se comportando como uma espécie de advogado de defesa do oprimido, que assume, na literatura, um grito de revolta quanto ao processo escravagista do século XIX, tentando comover o público contra a ilegitimidade da escravidão. Porém em nenhum momento apela por exemplo, a Zumbi dos Palmares, que empunhe a bandeira da libertação. Apesar de saber que desde a chegada dos primeiros negros escravizados no Brasil, entre 1539 e 1542, na capitania de Pernambuco, havia a formação de Quilombos. O apelo de libertação é feito aos “heróis do Novo Mundo”, a Andrada, o patriarca da independência brasileira, a Colombo, o descobridor da América.

Já em *Úrsula*, há essa preocupação da autora em apresentar o drama humano, sem exotismo, sua marginalização e sua falta de voz. O negro escravo é situado no tempo e espaço do período colonial brasileiro, onde predominava o racismo e a violência do sistema escravagista. Segundo Juliano Carrupt do Nascimento, no romance *Úrsula*:

O negro não deixa de ser escravo, mas sua articulação enquanto personagem arma-se dentro de uma estética muito peculiar, por apresentá-lo como sujeito importante para o desenvolvimento da trama literária, e não como uma mera personagem secundária. (NASCIMENTO, 2009, p.107).

Túlio, Susana e Antero são personagens que fazem parte da construção desse espaço. Esses personagens são construídos pela autora com a intenção de criticar esse sistema escravocrata oitocentista. Para isso, a autora se serve da história para subsidiar o seu processo de criação literária.

Um desses personagens que compõe o romance é o jovem Túlio, “africano por descendência”⁹, que encontra Tancredo desmaiado e ferido pelo cavalo morto, e o leva até Úrsula, se tornando o elemento de ligação entre essas duas personagens.

Reunindo todas as suas forças, o jovem escravo arrancou de sob o pé ulcerado do desconhecido o cavalo morto, e deixando-o por um momento correu à fonte para onde uma hora antes se dirigia, encheu o cântaro, e com extrema velocidade voltou para junto do enfermo, que com desvelado interesse procurou reanimar. Banhou-lhe a fronte com água fresca, depois de ter com piedosa bondade colocado-lhe a cabeça sobre seus joelhos. Só Deus testemunhava aquela cena tocante e admirável, tão cheia de unção e de caridoso desvelo! E ele continuava a sua obra de piedade, esperando ansioso a ressurreição do desconhecido, que tanto o interessava. (REIS, 2009, p.23).

Neste fragmento podemos notar o caráter nobre do negro, que se sensibiliza com o sofrimento de uma pessoa que até então não conhecia. Outro aspecto importante na construção desse personagem são os seus valores cristãos, que talvez tenham impedido o embrutecimento do negro em meio ao processo colonial. “Os sentimentos generosos, que Deus lhe implantou no coração, permaneciam intactos, e puros como a sua alma. Era infeliz; mas era virtuoso; e por isso seu coração enterneceu-se em presença da dolorosa cena, que se lhe ofereceu à vista” (REIS, 2009, p. 23).

Nesse caso é possível notar que mesmo sofrendo os horrores do cativeiro, Túlio se mantém virtuoso, sensível, de bom caráter e incorruptível. Em contrapartida, esses valores religiosos, também podem ser associados ao próprio colonialismo, uma vez que os escravos passavam por um processo de evangelização quando chegavam aos portos brasileiros, sob o argumento que os africanos eram uma raça inferior e que não possuíam valores. O colonizador escravagista apresentava o outro, no caso o negro, como a encarnação do mal e a si mesmo como a do bem¹⁰. Nesse sentido Frantz Fanon¹¹ diz que a religião do colonizador nunca foi um chamado para Deus, mas sim para a cultura do branco, para o caminho do opressor.

M. Firmina dos Reis apresenta essa figura do negro com uma conotação positiva, virtuosa que contraria os estereótipos já construídos sobre o negro desumanizado pelo processo colonizador ao que foi submetido. Observe o fragmento da obra a seguir:

O homem que assim falava era um pobre rapaz, que ao muito parecia contar vinte e cinco anos, e que na franca expressão de sua fisionomia deixava adivinhar toda a nobreza de um coração bem formado. O sangue africano refervia-lhe nas veias; o mísero ligava-se à odiosa cadeia da escravidão; e embalde o sangue ardente que herdara de seus pais, e que o nosso clima e a escravidão não puderam resfriar, embalde – dissemos – se revoltava; porque se lhe erguia como barreira – o poder do forte contra o fraco!... (REIS, 2009, 22).

Em *Úrsula*, há uma desconstrução dessa ideologia do negro como coisa ou um ser animalizado, que estava sempre em busca de vingança. Maria Firmina lança uma nova percepção sobre o negro ao apresentá-lo como ser humano dotado de sentimentos.

Essa animalização do negro escravo é visível na obra *Ganga-Zumba*, de João Felício dos Santos (1962). Quando Zumbi narra como efetuou sua vingança contra o feitor Sabiá e depois

9 NASCIMENTO, 2009, p.101

10 Alice Cherki, 2002, p. 19

11 FANON, 2002, p. 58-59

comeu seu coração. “O gosto do coração do feitor era parecido com o dos sabiás... Cipriana... – Zumbi saudou a ocaia fugida. Cipriana rejeitara nos nojos o pedaço que lhe fora oferecido¹².” Essa animalização do ser é explicada por Frantz Fanon como consequência do sistema colonialista, pois a servidão e a violência levaria esse indivíduo até o embrutecimento. Para ele o sistema colonial vai além da exploração dos meios naturais da terra, é acima de tudo a negação do outro, uma recusa da humanidade deste.

Túlio, no primeiro encontro com Tancredo, mostra grande timidez e predisposição à servidão ao jovem branco que acabara de salvar, ou até mesmo quando encontra o comendador Fernando P., ainda que já tivesse a sua liberdade, Túlio se coloca novamente na posição de escravo pronto para servir. “- queres tu servir-me? – perguntou o comendador com um tom seco e breve. [...] – Dizei, meu senhor, o que determinais ao vosso escravo?” (REIS, 2009, p.203). A autora justifica isso como um resquício da escravidão oitocentista.

Senhor! – balbuciou o negro – vosso estado... Eu – continuou com acanhamento, que a escravidão gerava – suposto nenhum serviço vos possa prestar, todavia quisera poder ser-vos útil. Perdoai-me!... [...] Entretanto o pobre negro, fiel ao humilde hábito de escravo, com os braços cruzados sobre o peito, descaía agora a vista para a terra, aguardando tímido uma nova interrogação. (REIS, 2009, p. 25).

No entanto, mesmo ele se comportando como escravo de Fernando P. novamente, não entrega seu amigo e nem Úrsula. No final da narrativa quando Fernando arma uma cilada para Tancredo, Túlio mostra-se mais uma vez valioso e servil e decide sacrificar-se para salvar a vida do jovem Tancredo, em nome da amizade que tinham.

Outra personagem importante é a Preta Susana, que na narrativa representa a memória de seu povo. Através de Susana somos levados aos territórios africanos, onde ela vivia antes de ser escrava, com o marido, a filha e a mãe, desfrutando da completa felicidade. “Ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais ditosa do que eu. Tranquila no seio da felicidade, via despertar o sol rutilante e ardente no meu país.” (REIS, 2009, p. 115)

Em uma de suas falas é possível perceber a denúncia social que essa personagem realiza ao descrever como ela foi capturada e trazida para o Brasil:

E logo dois homens apareceram, e amarraram-me com cordas. Era uma prisioneira – era uma escrava! Foi em balde que supliquei em nome da minha filha, que me restituíssem a liberdade: os bárbaros sorriam-se das minhas lágrimas, e olhavam-me sem compaixão. Julguei enlouquecer, julguei morrer, mas não me foi possível... a sorte me reservava ainda longos combates. Quando me arrancaram daqueles lugares, onde tudo me ficava – pátria, esposo, mãe e filha, e liberdade! Meu Deus! O que se passou no fundo de minha alma, só vós o pudestes avaliar!... (REIS 2009, p. 116-117).

A partir desse relato, a autora destrói um dos argumentos a favor da escravidão, de que os negros vindos que chegavam ao Brasil já eram prisioneiros na África, pois isso nem sempre correspondia à realidade. A personagem continua relatando como era a vinda dos escravos para o Brasil.

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura até abormos as praias brasileiras. Para caber a *mercadoria humana* no porão fomos *amarrados* em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio

12 SANTOS, 1962, p. 193

dos potentados da Europa. Davam-nos água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda porca: vimos morrer ao nosso lado companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos! Muitos não deixavam chegar esse extremo – davam-se à morte. Nos dois últimos dias não houve mais alimento. Os insofridos entraram a vozear. Grande Deus! Da escotilha lançaram sobre nós água e breu fervendo, que esaldou-nos e veio dar a morte aos cabeças do motim. (REIS 2009, p. 117).

Ao analisarmos esse relato de Susana podemos dar a ele uma conotação histórica, já que ele relata com precisão a realidade vivida por muitos escravos na vinda para o Brasil em navios tumbeiros. Como relata Darcy Ribeiro:

Dali partiam em comboios, pescoço atado a pescoço com outros negros, numa corda puxada até o porto e o tumbeiro. Metidos no navio, eram deitados no meio de cem outros para ocupar, por meios e meio, o exíguo espaço do seu tamanho, mal comendo, mal cagando ali mesmo, no meio da fedentina mais hedionda. (RIBEIRO, 2009, p. 107)

Maria Firmina dos Reis dá voz a uma personagem que pôde vivenciar a liberdade na África e a escravidão no Brasil, de modo que a escravidão nunca foi naturalizada em seu ser. A narrativa de Susana é um retrato do processo escravagista, desde que é arrancada de sua terra natal trazida para uma terra desconhecida para servir de mão de obra escrava aos brancos. Adriana Oliveira ressalta que:

[...] Mãe Susana, ao denunciar a violência do aprisionamento, por duas vezes denomina como bárbaros os estrangeiros que a capturaram e demonstra que o que ela deixa para trás, ao ser trazida para o Brasil, não é uma barbárie, mas uma sociedade organizada na qual ela tinha plantações, família, amigos... (OLIVEIRA, 2007, p. 63).

Susana acreditava que a verdadeira liberdade só poderia ser alcançada em sua terra natal.

Liberdade! Liberdade... ah! Eu a gozei na minha mocidade! – continuou Susana com amargura. – Túlio, meu filho, ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais ditosa do que eu. Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente do meu país, e louca de prazer a essa hora matinal, em que tudo aí respira amor, eu corria às descarnadas e arenosas praias, e aí com minhas jovens companheiras, brincando alegres, com o sorriso nos lábios, a paz no coração, divagávamos em busca das mil conchinhas, que bordam as brancas areias daquelas vastas praias... (REIS, 2009, p.115).

Não esquecendo seu lugar de origem, Preta Susana mantém o desejo de retorno a sua terra, característica do processo diaspórico no qual foi submetida. Por mais que Susana tivesse gratidão pela bondade de Úrsula e sua mãe, ela sempre teve no peito a dor da perda da família que não podia deixá-la esquecer sua tristeza de ser escrava.

O senhor Paulo B... morreu, e sua esposa [Luísa B...], e sua filha [Úrsula] procuraram em sua extrema bondade fazer esquecer nossas passadas desditas! Túlio, meu filho, eu as amo de todo o coração, e lhes agradeço: mas a dor, que tenho no coração, só a morte poderá apagar! – meu marido, minha filha, minha terra... minha liberdade... E depois calou-se, e as lágrimas, que lhe banhavam o rosto rugoso, gotejaram na

terra. (REIS, 2009, p.118-119)

Segundo Nascimento (2009), ao narrar, para Túlio a sua terra natal, a ancestralidade africana, sugere uma nova visão sobre a mulher negra no campo literário brasileiro do século XIX, pois essas recordações faz vir à tona a negra crítica e reflexiva, e não o estereótipo estagnado pela literatura oitocentista, de amas de leite, mucamas e objeto de prazer de senhores e seus filhos, conforme relata Gilberto Freyre na obra *Casa-grande & Senzala*. Nesse ponto de vista Maria Firmina também inova na caracterização da mulher negra, mostrando que ela poderia ser muito mais do que a negra amante, caracterizada de forma sensual, podendo ser a negra detentora do saber de seu povo, que não tinha atributo sexual algum para oferecer. Em sua descrição a autora a coloca como uma pessoa sofrida que “trajava uma saia com grosseiro tecido de algodão preto, cuja orla chegava-lhe ao meio das pernas magras e descarnadas como todo o seu corpo.” (REIS, 2009, p.112).

Preta Susana assim como Túlio, preferiu terminar seus dias sacrificando-se por sua senhora, e sua mãe, que tornaram a escravidão menos agressiva para ela.

O escravo Antero é a terceira personagem negra construída por Maria Firmina dos Reis. Sua participação no romance não é tão grande, como os dois primeiros, mas é de grande importância na construção do romance. Esse personagem, assim como Susana, tem o papel de guardião da memória da África. Porém o que diferencia esse personagem é que enquanto Túlio e Susana aparecem com caracterizações que os diferenciavam das já escritas anteriormente pela literatura brasileira, “Antero aparece na urdidura do texto como um fracassado, alcoólatra, derrotado pelo processo colonial Instituído no Brasil.” (NASCIMENTO, 2009, p.101), ou seja, com o estereótipo já construído pela sociedade e literatura brasileira oitocentista, como o negro viciado e sem responsabilidades: “Antero era um escravo velho, que guardava a casa, e cujo maior defeito era a afeição que tinha a todas as bebidas alcoolizadas.” (REIS, 2009, p. 205). Essa preferência de Antero pela bebida é uma forma de escapismo que o negro encontrou para fugir da dura realidade da escravidão de todos os dias.

Antero, também tem grande saudade de sua terra de origem, e apesar do vício e da servidão que tinha com o seu senhor, mantinha uma ligação com suas raízes. Assim como Susana, Maria Firmina usa esse personagem como encarnação da memória da África.

– Pois ouça-me, senhor conselheiro: na minha terra há um dia em cada semana que se dedica à festa do fetiche, e nesse dia, como não se trabalha, a gente diverte-se, brinca, e bebe. Oh! lá então é vinho de palmeira mil vezes melhor que cachaça, e ainda que tiquira (REIS: 2009, p.208).

Antero é incumbido de vigiar Túlio em seu cativeiro, quando este é capturado por Fernando, mostrando grande interesse de servidão com seu senhor. “Porém, ao encontrar-se só com Túlio se alinha aos sentimentos do jovem escravo e tenta inclusive consolá-lo” (NASCIMENTO, 2009, p. 102). Ao se solidarizar com o sofrimento do outro, Pai Antero, mostra que não é de todo mau, mas que segue as ordens do seu senhor por temer a sua própria vida. Firmina utiliza a personagem Antero para discutir sobre a importância do trabalho, pois quando Túlio o questiona sobre a vergonha de seu vício ele responde dizendo que aquele vício não fazia mal a ninguém a não ser a ele próprio e que na África ninguém o questionava quanto a isso, “bebia muitas vezes, embriagava-me, e ninguém me lançava isso no rosto; porque para sustentar meu vício não me faltava meios. Trabalhava, e trabalhava muito, o dinheiro era meu, não o esmolei” (REIS, 2009, p.207). De acordo com Juliano Carrupt do Nascimento:

O velho africano traz para o romance *Úrsula* a originalidade cultural, ao evocar por meio da cachaça a África, sua evasão se justifica ideologicamente pela dignidade do trabalho e dele vir o sustento para o vício do álcool. Há uma contraposição de valores em sua fala, onde o Brasil aparece como espaço de escravidão, e a África como lugar da liberdade humana. (NASCIMENTO, 2009, p.104).

Em síntese, podemos perceber que Maria Firmina dos Reis, no processo de construção de seus personagens, procurou dar visibilidade positiva ao negro escravo, mostrando como se dava a relação do negro com o senhor de escravo, humanizando este personagem que, por muito tempo foi tratado como indivíduo inferior e sem voz pela literatura e história social brasileira oitocentista. A voz dessas personagens negras elabora a identidade cultural do negro como personagem principal, em determinados momentos da narrativa¹³.

Considerações finais

A maioria das mulheres brasileiras, até meados do século XIX, era privada da educação básica e literária, educada, portanto, para os afazeres domésticos, casar e cuidar da família. O espaço educacional era reservado aos homens. Dessa forma, essa atividade, de mulheres que começaram a escrever, veio como ato de ruptura com essa sociedade que era altamente conservadora. Por conseguinte, o romance *Úrsula* (1859), está inserido num contexto em que nossa prosa de ficção era substancialmente escrita por homens “brancos” e os temas ali tratados estavam voltados à proposta nacionalista do Romantismo.

Como mulher, afrodescendente, semianalfabeta e “sem voz”, Maria Firmina dos Reis, mesmo inserida numa sociedade patriarcal, escravocrata e altamente preconceituosa, apresenta, na ficção, o drama de milhares de pessoas negras e escravizadas desde o início da colonização, no século XVI, com base na história oculta da diáspora africana no Brasil. Considerada a primeira escritora negra a tratar do tema abolicionista a autora, por pertencer a esse universo cultural, se solidariza, numa atitude absolutamente inovadora, com o oprimido e, ao mesmo tempo se irmana aos escravos e seus descendentes, dando-lhes voz e, com isso, permitindo uma discussão ampla sobre preconceito e marginalização do homem e mulher negros (as) no século XIX.

Considerando a proposta dessa pesquisa: analisar o romance *Úrsula*, permitindo conhecer historicamente o percurso do negro na literatura e história social brasileira. Considerando que no processo de produção da literatura brasileira, o negro, o pobre e a mulher ocupavam os papéis secundários. Constatando enfim, que Maria Firmina dos Reis, ao projetar esses personagens da classe minoritária para o plano do protagonismo, promove uma inversão de valores. Podemos afirmar que a autora apresentou uma visão inovadora entre os demais autores de sua época, ao quebrar os estereótipos lançados sobre o negro na sociedade patriarcal escravocrata do século XIX, uma vez que a literatura produzida até aquele momento representava o personagem negro de forma negativa.

Estudos sobre o tema da escravidão negra devem ser realizados cada vez mais em universidades e escolas do país, apresentando a história da diáspora africana para o Brasil, complementada com a literatura e a crítica. Devemos apresentar e discutir, em sala de aula, as literaturas afro-brasileira e Africana. Dessa forma, faremos um trabalho de conscientização, na escola, com extensão à sociedade, para que se possa despertar a consciência do indivíduo sobre as diferenças a partir do processo diaspórico que persiste na sociedade contemporânea. Outrossim, a Lei n.10639/03 determina que a literatura afro-brasileira e Africana de Língua Portuguesa deve ser ensinada “no âmbito do currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística, literatura e história brasileira” e a lei n. 11.645/08 acrescenta que a “luta dos negros e dos indígenas e suas culturas devem ser valorizadas no que diz respeito à formação da sociedade nacional e as suas contribuições nas áreas social, econômica, política e linguística.”

Esse não é um trabalho acabado e sim mais um olhar sobre a narrativa de Maria Firmina dos Reis que ainda permanece fora do cânone e, portanto, sem sentido a muitos leitores.

Referências

BOSI, Alfredo. **História concisa da Literatura Brasileira**. 36. ed., São Paulo: Cultrix, 1994.

BRAIT, Beth. **Bakhtin: conceitos-chaves/ Beth Brait (org.)** São Paulo: Contexto, 2006.

BUENO, Francisco da S. **Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa**. São Paulo: Saraiva,

13 NASCIMENTO, 2009, p. 105

1966.

CANCIAN, Juliana Raguzzoni. **O contexto da diáspora na construção da identidade cultural: a experiência do personagem José Viana, do romance Sem Nome, de Helder Macedo.** 2007.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade.** 9. ed. Rio de Janeiro: rev. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2006.

CARVALHO, Tereza Ramos de. **Personagens em Trânsito: a interlocução literatura e história social de Tocantins.** São Paulo: Livrus, 2013.

CASTANHEIRA, Cláudia. **Escritoras Brasileiras: momentos-chaves de uma trajetória.** Revista Diadorim / Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. V. 9, p. 26, Julho 2011.

CESÁRIE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo.** Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1978.

CUNHA, Antonio G. da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa.** 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira 1986.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** Paris: La Découverte, 2002.

FRANÇA, Elizabete. **A importância da mulher negra na sociedade patriarcal brasileira.** Goiânia: Kelps, 2004.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala.** 48. ed., São Paulo: Global, 2003.

GENNARI, Emilio. **Em busca da liberdade-traços das lutas no Brasil.** Minas Gerais: Expressão Popular, 2008.

GUIMARÃES, Bernardo. **A Escrava Isaura.** 7. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1966.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais.** 2. ed., Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MONTEIRO, Maria do Socorro de Assis. **O subterrâneo intimismo de Úrsula: uma análise do romance de Maria Firmina dos Reis.** Letrônic@, Porto Alegre (PUCRS), v. 2, n. 1, p. 361-38, 2009.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

NASCIMENTO, Juliano Carraput do. **O negro e a mulher em Úrsula de Maria Firmina dos Reis.** Rio de Janeiro: Caetés, 2009.

OLIVEIRA, Adriana Barbosa de Oliveira. **Gênero e etnicidade no romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis.** Belo Horizonte (UFMG), v. 1, n. 1, p. 10, 2007.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula.** Florianópolis: Mulheres: PUC Minas, 2009.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro.** A formação e o Sentido do Brasil. 2. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, João Felício dos. **Ganga-Zumba.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1962.

Sites consultados

GELEDÉS - INSTITUTO DA MULHER NEGRA. **A História da Escravidão Negra no Brasil.** 2012. Disponível em: < <http://www.geledes.org.br/historia-da-escravidao-negra-brasil/#gs.null>> Acesso

em: 06 Fev. 2017.

GONÇALVES, Rainer Sousa. **Escravidão Indígena x Escravidão Africana**. Disponível: <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiadobrasil/escravidao-indigena-x-escravidaoafricana.htm>>. Acesso em: 29 Jan. 2017.

Recebido em 10 de janeiro de 2018.

Aceito em 15 de fevereiro de 2018.